

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: COMPARATIVO DOS MAPEAMENTOS DE 2007 E 2014

LUCAS HENRIQUE DE SOUZA

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Brasil.

Tutor do curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Brasil, e
Universidade Aberta do Brasil, UAB, Brasil.

lucassouza1987@yahoo.com.br.

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Brasil.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina –
PPGA/UEL, Brasil.

lmig@uol.com.br

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar as principais transformações no perfil dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Brasil, por meio da análise dos Atlas da Economia Solidária realizados pela Secretaria Nacional da Economia Solidária publicados nos anos de 2007 e 2014. Tais empreendimentos buscam formas alternativas ao capitalismo para viabilizar trabalho, renda e melhoria de vida dos participantes. Ao analisar tais mapeamentos, pretendeu-se levantar os motivos que levaram à criação destes estabelecimentos, quais principais formas de organização, quais maneiras de participação social, identificar como ocorre a comercialização e dificuldades enfrentadas. A pesquisa empírica revelou que, apesar da diminuição dos EES no período compreendido do estudo, diversas características passaram a ter mais força, como maior participação de mulheres e acentuada diminuição das dificuldades de comercialização enfrentadas pelos empreendimentos. Foi possível observar que o apoio técnico recebido pelos EES é de vital importância para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativismo, autogestão, sustentabilidade, socioeconomia.

SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL: MAPPINGS COMPARISON OF 2007 AND 2014

Abstract

The study's objective was to analyze the main transformations in the Solidarity Economy Enterprises (SEE) profile in Brazil, through the Atlas of Solidarity Economy conducted by the National Secretariat for Solidarity Economy published in 2007 and 2014 analysis. Such enterprises seek alternative forms to capitalism in order to generate job, income and life improvements of its participants. Analyzing these mappings, it was intended to discover the reasons that led to their creation, their main forms of organization, the ways of social participation, and to identify how commercialization occurs and the difficulties faced by those. Empirical research has shown that, despite the SEEs' number decrease in the study period, several characteristics became stronger, such as greater participation of women and a marked decrease in the marketing difficulties faced by the enterprises. It was possible to observe that the technical support received by the SEEs is of vital importance for its development.

Keywords: solidarity economy, cooperativism, self-management, sustainability, socioeconomics.

ECONOMÍA SOLIDARIA EN BRASIL: COMPARATIVO DE LOS MAPEOS DE 2007 Y 2014

Resumen

El objetivo de este estudio fue analizar las principales transformaciones en el perfil de los emprendimientos de economía solidaria (EES) en Brasil, a través del análisis del Atlas de Economía Solidaria realizado por la Secretaría Nacional de Economía Solidaria publicados en 2007 y 2014. Tales emprendimientos buscan formas alternativas al capitalismo permitiendo trabajo, renta y mejoría de vida. Al analizar tales mapeamientos, se pretendió levantar los motivos que llevaron a la creación de estos establecimientos, formas de organización, participación social, cómo ocurre la comercialización y dificultades enfrentadas. La investigación empírica reveló que a pesar de la disminución de los EES en el período comprendido del estudio, diversas características pasaron a tener más fuerza, como mayor participación de mujeres y acentuada disminución de las dificultades de comercialización enfrentadas por los emprendimientos. Fue posible observar que el apoyo técnico recibido por los EES es de vital importancia para su desarrollo.

Palabras clave: economía solidaria, cooperativismo, autogestión, sostenibilidad, socioeconomía.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, com a queda de economias socialistas como a Alemanha Oriental e a União Soviética, e a consequente supremacia do neoliberalismo na economia mundial, o capitalismo, como modelo socioeconômico hegemônico, transformou as organizações em um campo de disputa constante, seja por produtos, empregos, vagas para estudos etc. Por um lado, acelerou-se o processo de globalização e expandiu-se o comércio mundial, mas, como contraponto, houve uma forte concentração da riqueza, acentuando-se a distância entre ricos e pobres. Para Luzio-dos-Santos (2014), ocorre um processo de seleção empresarial, em que um grupo pequeno de empresas passa a dominar os principais mercados, concentrando poder e renda em um número cada vez menor de atores.

Como alternativa às organizações capitalistas, emergem os empreendimentos solidários, em que a cooperação entre os membros predomina, substituindo a competição e o individualismo. Tal proposta consiste na associação entre iguais, com fins de produção, de comércio, de consumo ou de poupança coletiva. Ao contrário das empresas de corte capitalista, o modo de produção da economia solidária tem como princípios básicos a propriedade coletiva e a sustentabilidade sistêmica, sendo que a aplicação desses princípios une todos os produtores num arranjo organizacional no qual quem trabalha nas organizações são seus proprietários, não havendo separação entre capital e trabalho (Singer, 2002). Outro ponto de destaque dos empreendimentos da economia solidária, consiste no desenvolvimento e manutenção de valores de sustentabilidade ambiental, que procura realçar e respeitar a capacidade dos ecossistemas naturais de se reproduzirem (Sachs, 2002).

Uma das principais características das organizações solidárias, como ressalta Faria (2009), é a busca pela autogestão, que considera a necessidade de redefinição do papel dos trabalhadores no processo econômico, colocando a condição de supressão do status de proprietário privado, e em seu lugar estabelece-se a igualdade e a democracia interna. Entre as particularidades da autogestão destacam-se: colaboração entre setores, vínculo social comum, democratização das decisões, colaboração e solidariedade quanto aos projetos e resultados, partilha das responsabilidades em todas as instâncias, preservação e valorização do trabalho coletivo e remuneração proporcional ao trabalho aplicado.

Nos anos de 2007 e 2014, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) publicou dois mapeamentos das organizações solidárias brasileiras, que visaram classificar tais empreendimentos. Frente a esta realidade, o objetivo principal deste artigo é analisar quais foram as principais transformações no perfil dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil entre os anos de 2007 a 2014.

As próximas seções deste artigo abordarão a fundamentação teórica, o percurso metodológico, a apresentação e análise dos dados e, por fim, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com a hegemonia do capitalismo, a competição passou a ser vista como um benefício oferecido aos consumidores, uma vez que lhes permite escolher o que mais lhes satisfaz, de acordo com sua disponibilidade financeira. Neste tipo de economia, as organizações com maior faturamento acumulam vantagens, e, em contrapartida, aumentam as desvantagens das organizações com recursos financeiros menores. Em uma sociedade na qual predominasse a igualdade entre seus membros, seria preciso que a economia, ao invés de competitiva, fosse solidária (Singer, 2002).

Nas últimas décadas do século XX, as elites mais conservadoras impulsionaram com sucesso os pensamentos e as políticas neoliberais, trazendo de volta a ideia de mercado autorregulado que havia sido dominante no século XIX. Todavia, diferentemente do que ocorreu naquela época, o ressurgimento desse tipo de economia não foi acompanhado pelas teorias críticas (Sousa-Santos & Rodríguez, 2005).

As linhas de pensamento crítico fazem referência a três características negativas das economias capitalistas, conforme afirma Sousa-Santos e Rodríguez (2005): há uma produção exacerbada de desigualdades de poder e recursos, ocorre um enfraquecimento da sociabilidade por conta das relações de concorrência exigidas pelo mercado, baseadas em benefícios pessoais, e a exploração global dos recursos naturais em escala crescente coloca em risco as condições de vida na Terra. A próxima seção tratará do cooperativismo e da economia solidária, que surgiram como caminhos possíveis para a solução deste problema.

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CARACTERÍSTICAS DO COOPERATIVISMO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir da Primeira Revolução Industrial, a Grã-Bretanha foi o palco da expulsão em massa de camponeses, que acabaram se transformando no proletariado moderno. Não havia limites legais para a exploração nas fábricas, onde as pessoas, desde crianças a idosos, trabalhavam em jornadas exaustivas, causando debilidade física e alta taxa de morbidade e mortalidade. Neste período destacou-se Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil inglês, que começou a propor leis de proteção aos trabalhadores, como, por exemplo, limite da jornada de trabalho e proibição de emprego infantil, para as quais construiu escolas. O tratamento que Owen dava a seus trabalhadores resultou em melhores índices de produtividade, o que tornou suas empresas mais rentáveis (Singer, 2002; Luzio-dos-Santos, 2014).

Utilizando os princípios owenistas, o movimento sindical e cooperativo teve uma grande ascensão nas primeiras décadas do século XIX, colocando certa radicalidade à luta de classes, em que os trabalhadores em conflito com seus empregadores, tentavam substituí-los no mercado, ao invés de apenas se limitar às suas reivindicações (Singer, 2002). Assim, o cooperativismo em seu início, surgia como um novo modo de produção, alternativo ao capitalismo, lançando a semente para o que se tornaria a Economia Solidária.

Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, os sindicatos cresciam como organizações poderosas, "... cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados" (Singer, 2002, p. 109). Com os avanços dos trabalhadores, houve um desinteresse por modos de produção alternativos ao capitalismo, uma vez que houve praticamente pleno emprego entre as décadas de 1940 a 1970. A partir da segunda metade da década de 1970, no entanto, o desemprego em massa voltou a ser uma preocupação e, desta forma, a Economia Solidária ressurgiu com força crescente na maioria dos países (Singer, 2002).

Com a crise dos Estados socialistas da Europa Oriental na década de 1980 e início da de 1990 e o semifracasso de governos e partidos social-democratas na Europa e América Latina, não foi possível atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar as instituições do Estado do bem-estar social. O cooperativismo distanciou-se de seus ideais de origem, uma vez que preservar os ideais originais é um desafio com grau elevado de complexidade, pois à medida que tais empreendimentos crescem e se burocratizam, novas prioridades surgem, modificando suas características. Essa ameaça coloca a necessidade de constante vigilância, para que a missão original não seja comprometida. A Economia Solidária propõe-se, portanto, a resgatar e atualizar seus ideais e práticas, como uma alternativa superior ao capitalismo, possibilitando às pessoas, enquanto poupadoras, produtoras e consumidoras, uma vida melhor (Luzio-dos-Santos, 2014).

A base da Economia Solidária parte do modelo de organizações cooperativas, que trata de um conjunto de empreendimentos formados por meio da associação voluntária de pessoas que visam ao apoio mútuo de suas atividades. Este modelo foi criado e regulamentado a partir de 1844, baseado em normas que serviram para o funcionamento da primeira experiência cooperativa, ocorrida em Rochdale, Inglaterra. Essas normas foram definidas como princípios do cooperativismo, e orientam as relações entre a cooperativa, os cooperados, a comunidade e o mercado (Luzio-dos-Santos, 2014). O Quadro 1 apresenta os sete princípios de funcionamento das cooperativas:

QUADRO 1 – PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

1º Princípio: Adesão Voluntária e Livre – As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.
2º Princípio: Gestão Democrática – As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. E os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo.
3º Princípio: Participação Econômica dos Membros – Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.
4º Princípio: Educação, Formação e Informação – Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.
5º Princípio: Autonomia e Independência – As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.
6º Princípio: Interesse pela Comunidade – Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.
7º Princípio: Intercooperação – Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.

Fonte: OCB, 2017.

Atualmente, a Economia Solidária é apresentada como um conceito amplo, que abarca outros modelos alternativos ao capitalismo. Apesar de multiformes, as experiências de Economia Solidária possuem cinco princípios básicos, como destaca Luzio-dos-Santos (2014):

- 1) Cooperação – busca unir objetivos, interesses e esforços comuns, e os resultados são compartilhados de maneira equitativa;
- 2) Autogestão – participação efetiva de todos os membros no processo de tomada de decisão;
- 3) Equidade – as diferenças entre indivíduos devem ser minimizadas e, no caso de existirem, devem ser decididas democrática e transparentemente;
- 4) Solidariedade – justiça na distribuição dos resultados alcançados, levando ao desenvolvimento de capacidades e melhoria da condição de vida dos participantes;
- 5) Sustentabilidade – compromisso com o meio ambiente, com as relações estabelecidas com a comunidade local, relações com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores, e respeito aos direitos trabalhistas.

A principal experiência, que mantém tais princípios desde o início é o Complexo Cooperativo de Mondragón, na Espanha. Criado em 1956, possui atualmente cerca de 70 mil trabalhadores em mais de 200 cooperativas que atuam em rede. Sua trajetória demonstra que é possível sua manutenção em qualquer país em que a Economia Solidária tenha se difundido, uma vez que este complexo se iniciou ainda no Pós-Guerra, período em que havia pleno emprego na Espanha (Luzio-dos-Santos, 2014; Singer, 2002).

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No início do século XX, o cooperativismo chegou ao Brasil através dos emigrantes europeus, tendo pouca expressão durante as décadas seguintes. Entre as décadas de 1980 e 1990, por conta das crises econômicas destes períodos, milhões de postos de trabalho foram perdidos, o que fez com que a Economia Solidária trouxesse esperança aos desempregados. Singer (2002) ressalta que, nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a financiar diversos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) que buscavam gerar trabalho e renda de maneira associada para a população das periferias e da zona rural das diferentes regiões do Brasil, sendo que boa parte dessas PACs se tornaram unidades de Economia Solidária.

Ainda para Singer (2002), no início da década de 1990, o Movimento Sem Terra (MST), ao assentar milhares de famílias em terras desapropriadas, passou a promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, criando o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA);, uma década após a sua criação, contava com 86 cooperativas associadas, nos ramos agropecuário, serviços e crédito.

Outro tipo de organizações de Economia Solidária se destaca pelos grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias conhecidas como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), que são multidisciplinares, geridas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários de diversas áreas. Seu trabalho consiste em atender grupos comunitários que buscam produzir em conjunto, fornecendo formação em Economia Solidária e Cooperativismo, apoio logístico, técnico e jurídico, para viabilizar seus empreendimentos (Singer, 2002).

Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado ITCPS:

... e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. O objetivo é usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo (Singer, 2002, p. 124).

A partir de 2003, o então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o intuito de implantar ações de fomento e participação popular nas iniciativas da Economia Solidária. Passaram a criar convênios com estados e municípios, e outras organizações da sociedade civil, culminando na implantação de ações de formação, planos de qualificação, apoio a projetos de empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, apoio à Incubadoras Tecnológicas, implantação de centros públicos de economia solidária. Até o ano de 2010, a SENAES havia apoiado mais de 400 projetos em todo o Brasil, tendo investido mais de 200 milhões de reais (Senaes/Mte, 2012).

PESQUISAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O número de estudos sobre a temática da Economia Solidária aumentou nos últimos anos em diversas áreas do conhecimento, tendo em vista o aumento desses empreendimentos e a

necessidade de compreensão sobre suas particularidades em relação a um modelo de produção adverso ao capitalismo. Na área de Administração, por se tratar de uma ciência social aplicada, os estudos ainda se concentram principalmente em estudos de casos, tanto locais quanto nacionais.

Em consulta à base de dados da ANPAD – Agência Nacional de Pesquisa em Administração, entre os anos de 2010 e 2016, foram identificados 24 artigos com o tema, apresentados nos Encontros Nacionais daquela Agência, nos Encontros de Estudos Organizacionais e Encontros de Gestão de Pessoas, com temas de interesse diversos, desde políticas públicas a estudos críticos. A maioria dos estudos, conforme já citado, tratam de casos regionais, que variam de acordo com a localidade do pesquisador.

Já em consulta à base de dados da Scielo – Scientific Electronic Library Online, que é a base utilizada pela Capes no Brasil, na pesquisa surgiram 70 estudos com a temática de Economia Solidária desde 2002, quando a base foi criada. Na área de Administração, desde 2010, foram identificadas nove publicações, em que seus assuntos variam de acordo com o escopo de pesquisas de seus autores. Destacam-se os temas sustentabilidade, valores sociais, cooperativismo, aprendizagem e subjetividade. Já nestes estudos, apenas três utilizaram a metodologia de estudo de caso, o que pode demonstrar um aumento da importância da teorização sobre esta abordagem para com os pesquisadores da área.

Simon (2013) realizou um estudo bibliométrico sobre os estudos em Economia Solidária no Brasil, e constatou que todas as pesquisas apresentaram estes empreendimentos como alternativos ao capitalismo, tanto em seus referenciais teóricos, quanto nas pesquisas empíricas realizadas.

O próprio tema ES já se apresenta como uma outra forma de se pensar a sociedade e os espaços de produção, entretanto, nesses textos destacados percebe-se que os autores vão além do próprio tema e apresentam a ES realmente como uma forma de se superar o capitalismo e não apenas como uma maneira complementar, que poderia ‘corrigir’ suas discrepâncias (Simon, 2013, p. 14).

As próximas seções deste artigo apontar a mão os procedimentos metodológicos utilizados para nortear a pesquisa empírica e apresentar e analisar os dados coletados.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo pode ser classificado, quanto aos fins, como exploratório, por possuir uma natureza de sondagem (Vergara, 2003) e busca verificar os avanços da área da Economia Solidária no Brasil. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa documental, pois as fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade, que possam contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno (Gil, 2008).

A coleta de dados ocorreu através de dados secundários a partir dos Atlas da Economia Solidária publicados nos anos de 2007 e de 2014 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), visando identificar as diferenças que ocorreram no período. Após identificadas as principais diferenças, foram buscadas, em publicações da área, quais os fatores que podem ter influenciado tais mudanças.

Apesar da base de dados utilizada ser quantitativa, a metodologia utilizada pode ser classificada como qualitativa, pois busca-se ter maior compreensão das peculiaridades do tema pesquisado, com o apoio de referenciais teóricos. Os estudos qualitativos, segundo Richardson (2008), podem descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Para Minayo (2012), trata-se de uma atividade da ciência que visa à construção da realidade em um nível que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Para uma melhor compreensão, os dados foram categorizados de acordo com os objetivos da pesquisa e foi estabelecida sua relação com o referencial teórico. Tal categorização consiste na operação de classificação de elementos, com fim de facilitar a análise da informação obtida (Richardson, 2008). A partir disto, a análise dos dados foi baseada nas seguintes categorias:

1. Quantidade de empreendimentos;
2. Participantes por gênero;
3. Formas de organização e participação social;
4. Formas de comercialização;
5. Principais dificuldades.

Como limitação do presente estudo, pode ser citado o tamanho da base de dados, pois como se tratou de um censo realizado com os empreendimentos solidários no Brasil, suas informações são bastante amplas, e esta pesquisa pode não contemplar todas as principais diferenças, sendo necessário realizar um recorte em virtude do espaço.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos anos de 2007 e de 2014, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) publicou os Mapeamentos Nacionais de Empreendimentos Econômicos Solidários para identificar e caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil. O primeiro mapeamento foi realizado entre os anos de 2005 e 2007. O segundo mapeamento teve como objetivo atualizar a base de dados do primeiro, tendo sua pesquisa finalizada no ano de 2013 (Projeto Sies, 2014). A seguir, foram apresentadas algumas características dos EES do Brasil e os principais avanços e contradições enfrentadas por tais empreendimentos.

No período compreendido entre os dois mapeamentos, o número de EES decresceu de 21.859 em 2007 para 19.708 em 2014. A região Nordeste é onde se encontra a maior quantidade de EES, contando, em 2007, com 9.498 empreendimentos, e 8.040 em 2014. Uma vez que os EES se apresentam como alternativa ao desemprego e à exclusão social (Arcoverde, Souza, & Fragoso, 2009), tal redução no período pode ser explicado pela acentuada diminuição da pobreza da população brasileira, que, segundo a Unisol (2014), no período compreendido entre 2004 e 2012, caiu de 6,7% para 1,6%. Como possibilidade para tal redução, pode-se citar os programas de distribuição de renda do governo federal.

Entre os motivos que levaram à criação dos EES, os números não acompanharam o decréscimo da quantidade de empreendimentos no Brasil. A Tabela 1 demonstra tais dados:

TABELA 1 – MOTIVOS QUE LEVARAM À CRIAÇÃO DOS EES NO BRASIL.

MOTIVOS	2007	2014
Alternativa ao desemprego	6.746	9.106
Obtenção de maiores ganhos	3.339	8.471
Fonte complementar de renda	3.060	9.624
Acesso a financiamentos	2.870	4.130
Recuperação de empresa	89	601

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (Senaes/Mte, 2007; Projeto Sies, 2014)

O motivo “alternativa ao desemprego” ainda apresenta uma das principais causas para criação dos EES no Brasil. As origens históricas da Economia Solidária colocam esta causa como uma das principais. Porém, este dado aparenta ser contraditório, uma vez que os períodos em que tais

mapeamentos foram realizados, os índices de desemprego sofreram variações para mais e para menos, porém com alterações negativas relativamente significativas somente no final do período compreendido.” Todavia, este dado aparenta ser contraditório, uma vez que nos períodos em que tais mapeamentos foram realizados, os índices de desemprego sofreram pouca alteração.

Grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram, provocando a desindustrialização de países semidesenvolvidos, como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho formal. Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Com a constante variação nos índices de desemprego nos períodos compreendidos entre os mapeamentos, pode-se justificar os motivos “fonte complementar de renda” e “obtenção de maiores ganhos”, que percentualmente foram os motivos que mais cresceram nos períodos compreendidos pelos mapeamentos.

Entre os participantes dos EES, o número de homens e mulheres também acompanhou a redução do número de empreendimentos no período em questão, com algumas particularidades, conforme aponta a Tabela 2:

TABELA 2 – Participantes das EES por Gênero.

PARTICIPANTES	2007	2014
Homens	1.057.114	803.373
Mulheres	630.382	620.258

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (Senaes/Mte, 2007; Projeto Sies, 2014)

A quantidade de pessoas do sexo masculino nos EES sofreu considerável alteração no período compreendido pelos dois mapeamentos, com a diminuição de mais de 200.000 participantes. Porém, como é possível observar, a quantidade de participantes do sexo feminino praticamente se manteve. Muitas mulheres que atuam nos EES o fazem como complemento de renda; já os homens, com o crescimento dos índices de emprego formal no período compreendido entre os mapeamentos, podem ter preferido ganhos superiores em empresas capitalistas. Por outro lado, este dado pode corroborar os dados da Tabela 1 sobre a fonte complementar de renda nos motivos que levaram à criação dos empreendimentos, uma vez que, com os homens estando com um emprego formal, podem se utilizar os ganhos extras com a Economia Solidária para complementar a renda familiar.

Sobre a participação das mulheres, Boaventura de Sousa Santos afirma que diversas iniciativas econômicas cabem na caracterização de desenvolvimento alternativo. Entre elas, encontra-se o ativismo dos movimentos feministas:

... graças ao ativismo dos movimentos feministas, o problema da exclusão das mulheres dos programas de desenvolvimento convencionais passou a ser uma fonte de dinamismo nas propostas de desenvolvimento alternativo. Por intermédio de redes e encontros internacionais, tem sido consolidado, desde meados dos anos 1970, o movimento ‘mulheres no desenvolvimento’ (women in development – WID), cujo evento fundador foi a conferência das Nações Unidas sobre a mulher, na Cidade do México, em 1975 (Sousa-Santos & Rodríguez, 2005, p. 49).

Os autores ainda ressaltam que tal movimento busca o reconhecimento da contribuição do trabalho das mulheres no desenvolvimento econômico, incorporando-as nos processos de desenvolvimento, com políticas que aliviem a dupla carga de trabalho (doméstico e assalariado).

A seguir, foram apresentadas as formas de organização das EES, que também sofreram algumas alterações, conforme Tabela 3:

TABELA 3 – FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS EES NO BRASIL.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	2007	2014
Associação	11.326	11.823
Cooperativa	2.115	1.740
Grupo informal	7.938	6.018
Outras formas de organização	302	127

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (Senaes/Mte, 2007; Projeto Sies, 2014).

Chama a atenção na Tabela 3 que a quantidade de Associações sofreu um discreto aumento, mesmo a quantidade de EES no Brasil tendo diminuído neste período. O número de grupos informais foi o que mais sofreu redução, acompanhando a diminuição dos empreendimentos solidários. Estas formas de organização são as mais simples de se realizar, uma vez que a Constituição de 1988, em seu Artigo 5º, item XVIII passou a permitir a criação de associações, cooperativas, independentes de autorização, sendo vedada a interferência estatal.

Entre os números totais de EES, a quantidade de cooperativas é pouco expressiva e também acompanhou a diminuição dos empreendimentos no período em questão. A pouca quantidade pode ser explicada devido às dificuldades para a sua criação, uma vez que a legislação exige a participação de um mínimo de vinte indivíduos para sua legalização, tornando-se um obstáculo para sua formalização. A tributação das cooperativas ocorre de maneira igual a empresas limitadas, o que dificulta a operacionalização dos empreendimentos, devido à alta carga tributária do país.

Conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2016), consta no Senado o Projeto de Lei 519/2015 (identificação no Senado Federal: PLS 03/2007), que dispõe sobre o adequado tratamento ao ato cooperativo, solicita alteração da legislação para que as cooperativas possuam tributação diferenciada de organizações limitadas, e também solicita diminuição do quórum mínimo para abertura e legalização das mesmas. Em 2013, com voto favorável de 360 deputados, foi aprovado requerimento de urgência do projeto, podendo a proposição ser deliberada diretamente com a Câmara dos Deputados, o Sistema OCB, Poder Legislativo e Poder Executivo.

A participação desses empreendimentos em movimentos sociais e outros tipos de participações reforça a necessidade de emancipação de seus associados, aumentando sua participação política. Nos mapeamentos, se destaca a participação social dos EES, conforme demonstra a Tabela 4:

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS EES NO BRASIL.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	2007	2014
Redes e Fóruns	9.992	7.804
Movimentos Sociais	12.613	11.357
Ação Comunitária	12.423	9.091

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (Senaes/Mte, 2007; Projeto Sies, 2014).

Os dados apontam que a participação em movimentos sociais dos EES teve alteração inexpressiva no período compreendido entre os dois mapeamentos, tendo em vista também a diminuição da quantidade de empreendimentos. Conforme Santos e Carneiro (2008), a ação de comunidades, organizações e movimentos sociais presentes na esfera pública, pois os movimentos sociais mantêm certa desconfiança de ação conjunta com o Estado, o que se constitui o binário autonomia-institucionalização, e os autores também veem a necessidade de se ter uma autonomia frente ao mercado, pois assim se evita que suas ações sejam identificadas como complementares a ele.

Dando um enfoque às formas de comercialização, os mapeamentos de 2007 e 2014 apresentaram suas principais formas, conforme demonstra a Tabela 5.

TABELA 5 – PRINCIPAIS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL.

PRINCIPAIS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO	2007	2014
Venda direta ao consumidor	12.533	11.014
Entrega a revendedores	4.974	5.133
Venda a órgão governamental	432	2.030
Troca com outros empreendimentos solidários	88	484
Venda a outros empreendimentos solidários	189	1.120
Venda para empresas privadas de produção	(*)	1.453
Outros	(*)	532

(*) Informação não levantada no mapeamento de 2007.

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (Senaes/Mte, 2007; Projeto Sies, 2014).

A venda direta ao consumidor e a entrega aos revendedores ainda se destacam como principais formas de comercialização dos EES. É possível verificar como as economias regionais têm importância significativa para tais empreendimentos: a economia popular é de grande valia para o seu desenvolvimento. Sobre isto, Arroyo e Schuch (2006, p. 71) afirmam que:

A economia popular urbana e rural, desenvolvida e estimulada adequadamente em sinergia com outros segmentos, ... combinada com o fortalecimento do mercado interno. ... como o incremento da economia popular traz um sincronismo entre a geração de empregos e produtos/serviços, tende a estabelecer uma relação entre oferta e demanda que proporcione o equilíbrio de preços. ... Portanto, a economia popular é uma das peças importantes para melhorar o perfil dos fundamentos macroeconômicos do país.

Todavia, para os autores, é necessário destacar que a economia popular é diferente dos outros segmentos, pois estabelece a possibilidade de inverter a ordem entre o econômico e o social. A economia popular está diretamente ligada à segurança alimentar da população, dando a ela a possibilidade de viver com dignidade e melhorar a qualidade de vida.

Entretanto, o que mais se destaca ao comparar os mapeamentos, foi o crescimento acentuado das formas “Venda a órgão governamental”, “Troca com outros empreendimentos solidários” e “Venda com outros empreendimentos solidários”. Isto demonstra a importância da criação de redes de empreendimentos solidários, que buscam romper com a marginalização e o isolamento em que tais empreendimentos enfrentam em suas regionalidades, possibilitando ainda a “intercooperação”, que é um dos sete princípios do cooperativismo, e a produção de ganhos sistêmicos (IPEA, 2016). Agriculturas familiares se destacam pelo crescimento no período, principalmente com incentivos do governo federal na última década, sendo que alguns municípios adotam a produção familiar como parcela significativa na compra de alimentos utilizados como merenda em escolas e creches, o que pode corroborar tais dados.

Complementar às formas de comercialização, os mapeamentos apresentaram também as principais dificuldades dos EES em comercializar seus produtos, conforme Tabela 6:

TABELA 6 – PRINCIPAIS DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO DOS EES NO BRASIL.

DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO	2007	2014
Poucos clientes	2.270	354
Não sabe fazer vendas	320	68
Ação dos atravessadores	760	481
Falta de capital de giro	1882	711
Falta de registro legal/sanitário	805	441
Preço inadequado	1.357	370
Outras dificuldades	3.346	2.758

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (Senaes/Mte, 2007; Projeto Sies, 2014)

Ao comparar os dados de ambos os mapeamentos, fica clara a acentuada redução das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de economia solidária no Brasil, se destacando o motivo “poucos clientes” que, em 2014, decresceu para praticamente 15% da quantidade levantada de 2007, e a formação do preço percebido pelos produtos comercializados, que caiu para quase um quarto dos respondentes. A “falta de capital de giro” também sofreu grande redução, podendo ser explicada pelo fomento recebido por tais empreendimentos, institucionalizado pela Lei n.º 15.196/2010, que prevê ações de apoio a novos EES e consolidação dos já existentes.

Estas quedas podem ser explicadas principalmente pelo apoio técnico que os EES têm recebido, tanto do Poder Público, quanto de Universidades e outras entidades especializadas. Singer (1998) destaca que a maior dificuldade enfrentada pelos empreendimentos não se vincula a uma fórmula organizacional ideal, mas consiste em mobilizar a iniciativa dos empreendedores em gerar diversas fórmulas organizacionais a serem colocadas em prática.

O apoio técnico é de grande importância para os gestores destes empreendimentos, como ressalta Borinelli, Luzio-dos-Santos e Pitaguari (2011), o processo educativo orientado no diálogo e na participação, oferecendo assessorias pontuais para qualificar os interessados técnica e administrativamente. Tal processo valoriza o saber acumulado das pessoas, incluindo social e economicamente, unindo o saber científico com o saber popular, com o objetivo de transformar a prática cotidiana, construindo e reconstruindo os conhecimentos, modificando as circunstâncias de homens e mulheres na sua maneira de agir.

Entre as respostas “outras dificuldades”, estão englobadas a quantidade baixa de associados dos EES, alta incidência de “calotes”, prazo de pagamento exigido pelos clientes, dificuldades em manter a regularidade do fornecimento, custo elevado de transporte e precariedade das entradas para escoamento da produção, estrutura inadequada para comercialização e pouco conhecimento dos produtos por parte dos consumidores.

A seguir, foram apresentadas as considerações finais sobre o presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos Atlas da Economia Solidária, que realizou dois mapeamentos, um no ano de 2007 e outro no ano de 2014, foi possível verificar que, apesar da diminuição desses empreendimentos no Brasil, algumas das mudanças no período são expressivas e auxiliam a compreensão do fenômeno ao longo do tempo.

A principal forma de organização dos empreendimentos solidários ainda é a “Associação”, por se tratar da forma mais simples de se realizar, de acordo com a legislação brasileira. Entre o total dos empreendimentos, a quantidade de cooperativas ainda é pouco expressiva, tendo em vista as dificuldades para a sua criação, pois a legislação exige um quórum mínimo de pessoas para sua formação, embora tramite no Senado projeto de lei para a alteração desta exigência.

Destacam-se também as principais formas de comercialização dos empreendimentos solidários, estando ainda a economia popular regional como principal meio de geração de renda. As vendas a órgãos governamentais, e vendas/trocas com outros empreendimentos solidários, apesar de percentualmente menores em relação ao todo, destacam-se pelo aumento ao se comparar os dois mapeamentos. Pode-se afirmar que a criação e disseminação de redes para tais empreendimentos, é de fundamental importância para a consolidação e crescimento dessas organizações, dadas as suas frequentes fragilidades individuais.

A acentuada diminuição das dificuldades para comercialização enfrentada pelos empreendimentos pode, no futuro, alavancá-los, colocando-os em possível concorrência com outras formas de economia. Para isto, o apoio técnico, tanto de organismos governamentais quanto de universidades e demais entidades que se proponham a viabilizar a melhoria da Economia Solidária, é de suma importância, uma vez que as pessoas que se utilizam dela buscam aumentar suas rendas pessoais para melhorar o bem-estar de suas famílias.

Estas informações podem indicar a fragilidade dos ideais desejados pela Economia Solidária, considerando que os empreendimentos tendem a se expandir quando as alternativas se tornam mais escassas e a recuar quando a economia capitalista está mais forte. Essa realidade traz a suspeita de que os ideais solidários e de construção de um novo modelo econômico e social têm dificuldade em se consolidarem, independentemente da situação econômica do país. Parece que a Economia Solidária ainda não consegue trazer consistência suficiente para dar estabilidade aos seus membros e adesão incondicional a essa modalidade organizacional. A fragilidade dos EES parece ser o principal obstáculo à sua expansão e à adesão de um maior número de participantes.

Aparentemente ocorre uma relação circular, em que os empreendimentos frágeis que não conseguem garantir renda suficiente para seus membros produzem evasão em busca de alternativas mais sólidas no mercado capitalista; por outro lado esse fato reduz a consolidação dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

Arcoverde, A. C. B., Souza, I. L., & Fragoso, N. M. (2009). Economia solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. In Monte, P. A. & I. T. Moreira (Orgs.). *Dinâmicas de mercado de trabalho do Nordeste*. João Pessoa: Editora Universitária, 249-266.

Arroyo, J. C. T., & Schuch, F. C. (2006). *Economia popular e solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário* (1ª. ed.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente).

Borinelli, B., Luzio-dos-Santos, L. M., & Pitaguari, S. O. (2011). *Políticas públicas e a aventura da comercialização na economia solidária*. In Luzio-dos-Santos, L. M. (org.). *Economia solidária numa pluralidade de perspectivas*. Londrina: EdueL. 197-216.

Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL. (2017). *Brasil reduziu a pobreza em suas várias dimensões, revelou estudo do Banco Mundial*. Recuperado de: <<http://www.unisolbrasil.org.br/brasil-reduziu-a-pobreza-em-suas-varias-dimensoes-revelou-estudo-do-banco-mundial/>>.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Faria, J. H. (2009). *Gestão participativa: Relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª. ed.). São Paulo: Atlas.

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2016). *Os novos dados do mapeamento da economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília. Recuperado de: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf>
- Luzio-dos-Santos, L. M. (2014). *Socioeconomia: Solidariedade, economia social e as organizações em debate*. São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2012). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (31ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. (2016). *Agenda institucional do cooperativismo: Edição 2016*. Recuperado de: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ocb_congresso/downloads/Agenda_2016.pdf>.
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. (2017). *O que é cooperativismo*. Recuperado de: <<http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/o-que-e-cooperativismo>>.
- Projeto Sies. (2014). *Atlas digital da economia solidária*. Recuperado de: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>.
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3ª. ed., 9ª. reimpr.). São Paulo: Atlas.
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, A. M., & Carneiro, V. G. (2008). O movimento da economia solidária no Brasil: Uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. *e-Cadernos Ces*, 2. Recuperado de: <<https://eces.revues.org/1260>>.
- Senaes/Mte. (2007). *Atlas da economia solidária (consolidado 2005/2007)*. Recuperado de: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html>>
- Senaes/Mte. (2012). *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010*. Recuperado de: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20Oda%20SENAES.%20Avan%20C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf>
- Simon, V. S. P. (2013). Análise crítica do discurso sobre economia solidária nas publicações da área de administração. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Singer, P. (1998). *Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sousa-Santos, B., & Rodríguez, C. (2005). Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. In B. Sousa-Santos (Org.). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 23-77.
- Vergara, S. C. (2003). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.